

**AÇÕES, SERVIÇOS E PROGRAMAS PREVENTIVOS AO ABUSO SEXUAL
CONTRA CRIANÇAS EM POLÍTICAS SOCIAIS DE MOSSORÓ-RN:
CAMINHOS METODOLÓGICOS, DESAFIOS E POTENCIALIDADES**

Nádja Grazielly Bezerra da Silva

Bacharela em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (2019-2023).

<http://lattes.cnpq.br/4832224578569595>

<https://orcid.org/0009-0008-1961-9512>

E-mail: graziellynadja1@gmail.com

Camila Mesquita Soares

Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Servidora pública da Prefeitura da Cidade do Recife (PCR). Graduação em Serviço Social, Mestrado em Serviço Social e Residência em Atenção Básica/Saúde da Família e Comunidade, ambas pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN); sendo a referida Residência em parceria entre a UERN e a Prefeitura Municipal de Mossoró (PMM).

<http://lattes.cnpq.br/0668430849013042>

<https://orcid.org/0000-0002-0437-6879>

E-mail: camilamesquitaseso@gmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2024.V3N1>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RA-2024.V3N1-24>

RESUMO: Este artigo tem como objetivo, analisar qual tem sido o trabalho preventivo das políticas sociais da cidade de Mossoró - RN em torno da temática do Abuso Sexual contra crianças. Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa de campo realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, com o total de seis profissionais de diferentes profissões, que estão distribuídos na Atenção Básica do Sistema Único de Saúde (AB), Proteção Social Básica (PSB) e na Proteção Social Especial (PSE) da política de Assistência Social. Tem como ponto de partida, a seguinte pergunta-problema: “Como acontece o trabalho de Educação Sexual para a prevenção ao Abuso Sexual contra crianças, em políticas sociais de Mossoró - RN?”. Busca respondê-la com ênfase em três elementos: a) Apontar Programas existentes em políticas sociais da cidade de Mossoró acerca do Abuso Sexual contra crianças, que apareceram nas falas de sujeitos de pesquisa de campo; b) Discutir caminhos metodológicos para ações e serviços educativos/preventivos contra o abuso sexual, com crianças e famílias; c) Analisar desafios e potencialidades de ações, serviços e programas preventivos ao abuso sexual contra crianças em políticas sociais de Mossoró-RN. Conclui-se que entidades estatais das políticas sociais aqui referidos, mesmo que não se enquadrem como espaços escolares de educação, têm grande potencial como espaços também promotores de educação, por meio de suas ações, serviços, programas e grupos socioeducativos, que podem materializar experiências diversas de educação em saúde ou de educação em direitos.

PALAVRAS-CHAVE: Abuso sexual. Políticas Sociais. Prevenção. Trabalho educativo.

**ACTIVITIES, SERVICES AND PREVENTIVE PROGRAMS AGAINST CHILD
SEXUAL ABUSE IN SOCIAL POLICIES IN MOSSORÓ-RN:
METHODOLOGICAL PATHWAYS, CHALLENGES AND POTENTIALITIES**

ABSTRACT: This article aims to analyze which have been the preventive work of social policies in the city of Mossoró-RN has been around the issue of Sexual Abuse against children. As for the methodology, it is field research carried out through semi-structured interviews with a total of six professionals, from different professions, who are distributed in the Basic Care of the Unified Health System (hereby SUS), in Basic Social Protection and in the Special Social Protection of the Social Assistance Policy. The starting point is the following problem question: “How does Sexual Education work occur in the prevention of Sexual Abuse against children, in the social policies of Mossoró-RN?” It seeks to answer it with an emphasis on three elements: a) Point out existing programs in social policies in the city of Mossoró regarding Sexual Abuse against children, which appeared in the speeches of field research subjects; b) Discuss methodological paths for educational/preventive actions and services against sexual abuse, with children and families; c) Analyze challenges and potential of actions, services and programs to prevent sexual abuse against children in social policies in Mossoró-RN. It is concluded that the states bodies of the social policies referred to here, even if they do not qualify as school education spaces, have great potential as spaces that also promote education, through their actions, services, programs and socio-educational groups, which can materialize diverse experiences of health education or rights education.

KEYWORDS: Sexual Abuse. Social Policies. Prevention. Educational Work.

INTRODUÇÃO

Associar infância e sexualidade é um dos tabus da sociedade. A Educação Sexual engloba, não somente à questão da prevenção e combate ao abuso sexual; é um universo temático que abarca e aborda diversas questões (Infecções Sexualmente Transmissíveis – IST’s com adolescentes; temáticas de sexualidade direcionadas às pessoas idosas e pessoas com deficiência, geralmente invisibilizadas; etc.).

No que toca este trabalho, nos cabe dizer que situações de Abuso Sexual não são afastadas de crianças por não falarmos sobre o tema. Ao contrário, “[...] fala-se muito de falta de dados, de subnotificação, o que é mesmo uma realidade, mas o fato é que este dado – mais de 4 meninas de menos de 13 anos estupradas por hora no Brasil – existe. Por que não estamos falando disso cotidianamente?” (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2022, p. 9).

Cabe contextualizar que, por meio da inserção no Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), da Cidade de Mossoró-RN¹, por intermédio do Estágio Curricular Obrigatório do Curso de Serviço Social da Universidade

¹ A rede socioassistencial de Mossoró - RN conta apenas com um equipamento de CREAS.

do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), foi possível vivenciar a campanha do 18 de maio, que enfoca a prevenção e o combate ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes durante o mês de maio. Por meio daquela vivência, foi possível perceber que o CREAS é referência na discussão da temática do abuso sexual em âmbito municipal.

A referida instituição socioassistencial estatal conta com profissionais capacitados, com debate acumulado nessa área e que encontram outras metodologias para tratar da referida temática. Exemplos do que aqui estamos chamando de “outras metodologias” são: apresentação de cartilhas educativas e lúdicas sobre a Educação Sexual, linguagem adaptada à faixa etária, atendimento individual e compartilhado com vítimas de abuso sexual e seus familiares.

É válido dizer que, no processo de delimitação da temática e do *locus*² de pesquisa, optamos por estudar somente o CREAS, a escolha por buscar outras políticas sociais da cidade de Mossoró - RN com trabalho na temática - com exceção dos equipamentos sociais da Política de Educação -, se deu pela opção de pesquisar acerca dos espaços não-escolares, partindo do pressuposto de que esses também são promotores de educação como, por exemplo, as supracitadas ações socioeducativas do Creas, durante o estágio.

Nesse sentido, questionamo-nos sobre outras políticas que não são da educação e que fossem estratégicas para trabalhar, com cunho preventivo, a temática do Abuso Sexual contra crianças. Além do CREAS que, vem se destacando nas campanhas de 18 de Maio com essa temática, optamos também pela pesquisa junto à Proteção Social Básica da Política de Assistência Social e da Atenção Básica da Saúde, especialmente por seus trabalhos com prevenção, continuidade do cuidado/vigilância socioassistencial, cunho preventivo e educativo. Além, especialmente, de seu perfil em comum de porta de entrada (Brasil, 1993; Brasil, 1990; Brasil, 2014; Brasil, 2017).

A motivação pela escolha por esses equipamentos sociais (e não por escolas, creches e secretarias de educação), se deu pela decisão de ressaltar que os referidos

² Gostaria de deixar explícito que pretendo, em outros momentos da minha vida, fazer pesquisa sobre o referido tema na minha cidade: o município de Triunfo Potiguar - RN, de onde vim. Por questões de prazos e acesso ao campo de pesquisa, optei, por hora, por realizá-la em Mossoró - RN, cidade em que estudo, temporariamente resido e estou inserida como pesquisadora, extensionista e estagiária.

espaços não-escolares, são também espaços promotores de educação, por meio de suas ações, atividades e grupos socioeducativos.

Nesse sentido, busca responder a seguinte pergunta-problema: “Como acontece o trabalho de Educação Sexual para a prevenção ao Abuso Sexual contra crianças, em políticas sociais de Mossoró - RN?”. No entanto, tem como foco respondê-la em torno de três eixos: a) Programas existentes em políticas sociais da cidade de Mossoró - RN acerca do Abuso Sexual contra crianças; b) Caminhos metodológicos para ações e serviços educativos/preventivos contra o Abuso Sexual, especificamente com crianças e famílias; c) Desafios e potencialidades: ações, serviços e programas preventivos ao abuso sexual contra crianças em políticas sociais de Mossoró-RN.

METODOLOGIA

Realizamos revisão bibliográfica e pesquisa de campo, assim como uma breve pesquisa documental acerca de vídeos de experiências educativas com metodologias lúdicas sobre a temática - em diálogo com nossos resultados de pesquisa (bibliográfica e de campo) -, nesse caso, optamos por utilizar também um vídeo de uma música intitulada “Nisso e naquilo”, da educadora Nívia Cavalcanti³.

A pesquisa de campo foi realizada com seis profissionais que trabalham com a temática no cotidiano de seus serviços, nas seguintes áreas: 1. Atenção Primária à Saúde (APS); 2. Proteção Social Básica da Política de Assistência Social (PSB); 3. Proteção Social Especial da Política de Assistência Social (PSE). A ideia inicial seria a realização de dois grupos focais com profissionais da Atenção Primária à Saúde e da Proteção Social Especial da Assistência Social, devido a nossa maior inserção nesses espaços. No entanto, em decorrência à limitação de tempo e por não se tratar de um grande quantitativo de profissionais nas respectivas áreas que tratam da temática, optamos por outra estratégia: envolver a Proteção Social Básica da Assistência Social que agregaria aos resultados da pesquisa a perspectiva de base para a prevenção, através de uma entrevista semiestruturada.

³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YFTbPF51roE>. Acesso em: 09 Abr. 2023.

Para identificar e escolher os sujeitos de pesquisa, utilizamos a estratégia da rede de contatos/bola de neve. Assim, alguns puderam indicar outros profissionais atuantes na temática da Educação Sexual e/ou do abuso sexual infantil na realidade de Mossoró - RN.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas; modelo de tipo de entrevista “que combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (Minayo, 2007, p. 64). Em nosso roteiro, utilizamos somente perguntas abertas, para assim nortear as perguntas conforme nossos objetivos. Considerando que estás nos proporcionaram uma percepção mais detalhada quanto ao cotidiano do trabalho com a Educação Sexual, bem como pudemos questionar sobre as metodologias utilizadas, as ações existentes, as demandas e frequências de casos de abuso.

Todos os profissionais entrevistados atuam na cidade de Mossoró - RN. Abrimos exceção para esse critério de escolha apenas em um caso: de uma profissional a qual recentemente saiu de Mossoró, mas apareceu como referência pelo trabalho realizado com o olhar voltado para os direitos da criança na Atenção Primária à Saúde, durante a identificação e escolha dos sujeitos, por meio da técnica da rede de contatos. Almejando a sistematização das vigorosas estratégias, a análise dos desafios, ausências e as presenças da temática, optamos por entrevistá-la.

As entrevistas ocorreram de modo presencial através de visitas às instituições de trabalho dos sujeitos de pesquisa; somente um dos seis encontros (do caso supracitado) foi realizado de modo remoto – devido a uma das pessoas entrevistadas residir em outro estado. Para a garantia da entrevista, nesse caso, especificamente, foi feita *online* via *Google meet*, gravada e transcrita, assim como as demais.

O perfil de nossos sujeitos de pesquisa se configura da seguinte forma: 1) Homens e mulheres, todos cisgêneros; 2) Faixa etária de, no mínimo 27 anos e, no máximo, 50 anos; 3) Do total dos(as) 6 entrevistados(os), 2 atuam na Proteção Social Especial da Política de Assistência, 2 atuam na Proteção Social Básica da Política de Assistência e 2 tratam de suas experiências na Atenção Primária à Saúde; 4) Suas cargas-horárias de trabalho, no serviço de referência considerado para este trabalho, variam de 20h a 30h. Todas as experiências relatadas dizem respeito ao trabalho realizado no município de

Mossoró - RN. As profissões não se resumem ao Serviço Social, são diversas, quanto aos(as) (multi)profissionais entrevistados(as).

Para assegurar o sigilo e a confidencialidade das identidades dos(as) profissionais entrevistados(as), fizemos uso de codinomes e entregamos uma cópia assinada do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para cada um(a). As gravações e transcrições serão guardadas por cinco anos, a contar da defesa do nosso trabalho.

Ademais, os codinomes⁴ dos sujeitos de pesquisa fazem referência a personagens e as respectivas autoras de cartilhas que já vimos ser utilizadas como metodologias para a Educação Sexual com crianças e adolescentes, no município de Mossoró - RN. Com isso, os codinomes são: Pipo, Fifi, Caroline, Tuca, Juba e Julieta. Pelo compromisso com a socialização das informações, enviaremos uma cópia do trabalho final para cada sujeito de pesquisa.

Acreditamos que a relevância social deste estudo, está na busca da prevenção e conscientização social sobre uma violência constante e silenciada, e entender como nossa sociedade vê, protege e viola essa informação, retratando os prejuízos advindos do conservadorismo e como interfere a “não-educação sexual”.

A relevância acadêmica e para a profissão desta pesquisa está, em contribuir com a discussão sobre a importância de tratar um tema que é recente, em aumentar a produção teórica e científica, contribuindo para romper com os tabus cotidianos que são postos à temática. Ressaltamos a importância de: ampliar o olhar para a articulação em rede intersetorial, trazendo os desafios que os profissionais estão tendo; construir estratégias de acordo com o nosso Código de Ética, e seguir com a educação permanente⁵, atendendo da melhor forma os interesses e direitos dos usuários.

O LUGAR DA ATENÇÃO AO RISCO DE ABUSO SEXUAL E SUA PREVENÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS DA CIDADE DE MOSSORÓ

⁴ Mantendo assim, o sigilo quanto a identidade dos profissionais.

⁵ Um processo de ensino-aprendizagem compartilhado entre o educador e o educando, valorizando situações e contextos.

A revisão bibliográfica realizada, teve como objetivo, situar e sintetizar teoricamente duas categorias: Infância e Abuso Sexual.

Entendemos a Infância como um processo de construção social, cultural, e não apenas como uma idade. Refletir a Infância é, revisitar uma história de violações e invisibilidades dentro do processo de institucionalização, assim como conquistas de direitos. Tivemos como principais aportes teóricos: Campos (2019); Nascimento *et al.* (2008).

Entendemos o Abuso Sexual como uma violação, caracterizada como uma violência brutal que vai além do toque físico, a qual acarreta sequelas físicas e emocionais que perduram por toda a vida. Tivemos como principais aportes teóricos: Brino e Williams (2003), Campos (2019), Figueiró (2009) e Medeiros (2022).

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, é um reconhecimento deste processo e, pode ser visto como uma reparação histórica, uma vez que enxerga a criança como sujeito detentor de direitos. Segundo Corsano (2003, *apud* Nascimento; Brancher; Oliveira, 2013), o conceito de infância começa a ser paulatinamente transformado, mais uma vez, através da escolarização das crianças, isto é, a partir da institucionalização da escola.

Diante de um extenso contexto histórico de desigualdade, a criança passou a ser reconhecida como sujeito de direitos detentores da proteção integral, que deve ser fornecida pelo Estado, pela sociedade e pela família. “Contrapondo à sua condição ocupada no passado, atualmente a infância no Brasil alcançou o seu devido valor nos contextos ético e moral, apesar de ainda se verificarem casos de desrespeito e abusos contra os menores⁶” (Campos, 2019, p. 35).

Com a publicação do ECA, o Brasil iniciou a ruptura com os métodos e políticas adotadas até aquele momento, passando a adotar o conceito de proteção integral da criança e do adolescente. Em suas disposições preliminares, a Lei 8.069/90 trata das garantias e direitos das crianças e adolescentes:

⁶ O termo “de menores” foi superado, pois reproduz o conceito de inferioridade na infância, estigmatizando a criança como um ser inferior, subalterno e com menos direitos.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (Brasil, 1990).

Todavia, mesmo com o reconhecimento da criança como sujeito de direitos, ainda é notória a presença do autoritarismo, do adultocentrismo⁷, de formas de dominação patriarcal e desigualdades no trato com a infância, que são expressas em temas que destacam a subalternidade imposta às crianças, como: trabalho infantil, crianças em situação de rua, adultização precoce, abuso e exploração sexual infantil.

A violência é um fenômeno social, o qual possui diversos tipos, os quais, de acordo com Minayo e Souza (1993, p. 65) “perpassam as várias fases da vida e se instauram nas mais variadas relações humanas”.

O abuso sexual⁸ é um tipo de violência - a violência sexual -, e pode ser definido como “qualquer interação, contato ou envolvimento da criança em atividades sexuais que ela não compreende [...], violando assim as regras sociais e legais da sociedade” (PIRES, 1999 *apud* Brino, *et al.* 2003, p. 114).

O abuso sexual é imposto à criança através de ameaças e/ou indução, uso da força e exploração de autoridade. É uma forma de violência definida como, qualquer contato ou interação de teor sexual, bem como, carícias não desejadas, penetração oral, vaginal e

⁷ É a determinação social de que a criança tenha menos direitos que os adultos, e estabelece uma hierarquização de poder na qual a criança é tida como inferior (SANTIAGO; FARIA, 2015).

⁸ A exploração sexual é um conceito comumente articulado ao Abuso sexual. Caracteriza-se pela objetificação da criança para fins sexuais visando o lucro próprio, a prostituição e a pornografia são exemplos dessa violência. Segundo a Convenção 182 da Organização Integral do Trabalho (OIT), a exploração sexual está no rol das piores formas de trabalho infantil (Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/noticias/WCMS_752499/lang--pt/index.htm).

anal (com o pênis ou objetos), masturbação forçada e até mesmo sem que haja contato físico, como a pornografia, o uso de linguagem erotizada, a própria erotização e o *voyeurismo*⁹. Essas, são algumas das diversas formas de abuso sexual, contrapondo aqui, a ideia de que abuso sexual se dá apenas mediante penetração.

Assim, é importante que não somente os pais e responsáveis estejam atentos aos “sinais” da violência. Esta é também uma temática a ser destacada para profissionais das políticas que atendem às crianças e, devem estar atentos às relações intrafamiliares; os fatores de proteção, negligências e situações de risco em que a criança possa se encontrar; às naturalizações das violências contra crianças nos espaços familiares e coletivos, a partir de discursos e imaginários das comunidades, territórios e populações atendidas. Para o atendimento à criança, é importante uma abordagem humanizada que passe segurança a mesma, um acolhimento com escuta qualificada, atenção continuada e especializada por parte de uma equipe multiprofissional, eticamente comprometida com a proteção da criança.

VOZES DO CAMPO DE PESQUISA

PROGRAMAS EXISTENTES EM POLÍTICAS SOCIAIS DA CIDADE DE MOSSORÓ ACERCA DO ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS

Neste ponto, objetivamos conhecer programas e/ou projetos das Políticas e equipamentos sociais, nos quais nossos sujeitos de pesquisa estão inseridos e que promovam o debate acerca do Abuso Sexual infantil. Por meio de perguntas, buscamos saber sobre programas e projetos; somente o Programa de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) foi apontado, mas outros entrevistados, mencionaram outros recursos: a coordenação do setor “Saúde da Criança e do Adolescente” da Secretaria de Saúde do Município, e a Campanha 18 de Maio. Apenas um(a) deles(as) mencionou não haver programas ou projetos sobre o tema. Trata-se de um(a) profissional da área da Saúde. Então, o que problematizamos: enquanto um(a) profissional da área da saúde entrevistada menciona a existência do Programa Saúde na Escola, na Atenção

⁹ O *voyeurismo* é uma prática que consiste na obtenção de prazer sexual por meio da observação de pessoas que estejam nuas, despindo-se ou em meio ao ato sexual (SCHORR *et al.*; 2017, p. 39).

Primária à Saúde; outro(a). tece um comentário que entendemos muito mais como uma importante crítica acerca de como o Modelo biomédico¹⁰, limita o olhar sobre o que a equipe de saúde consideraria importante dentre algumas temáticas de possíveis discussões na Atenção Primária à Saúde. Nas palavras de Tuca:

— Eu não identifico programa nenhum que tenha esse viés, porque eu acredito que o foco muito grande da atenção básica, eu acho que um dos principais focos, né, é relacionado à quando envolve criança, relacionado ao crescimento, desenvolvimento, que traz mais a questão biológica se está saudável ou não. Cresceu, ganhou peso, tá desenvolvendo. Não existe na verdade programa voltado para isso na atenção básica de saúde, não existe essa temática, não é abordada, ela não é colocada como uma questão especial (Tuca).

Tuca destaca a invisibilidade do trabalho com a temática na APS, e citou a inexistência de um programa que a focalize. Na APS, há o Programa Saúde na Escola; este possui uma lista prioritária de temáticas quanto a ações a serem realizadas nas escolas, por meio da equipe de saúde (ações de educação em saúde e atendimentos coletivos). São temáticas diretamente ligadas à Educação Sexual e ao Abuso Sexual:

Quadro 4 - Eixos temáticos ligados a Educação Sexual no Programa Saúde na Escola
“IV. Promoção da cultura de paz, cidadania e direitos humanos” (Brasil, 2017).
“V. <u>Prevenção das violências</u> e dos acidentes” (Brasil, 2017. Grifos nossos).
“XI. Direito sexual e reprodutivo e prevenção de DST/AIDS” (Brasil, 2017).

Fonte: Elaboração própria, com informações extraídas e selecionadas da Portaria Interministerial nº 1.055 de 25 de abril de 2017, que redefine o Programa Saúde na Escola.

São abordados temas a partir da realidade particular de cada faixa etária e de cada instituição escolar. A fala relatada por Tuca, ressalta o modelo biomédico na atenção básica, a qual não prioriza a prevenção como um tema importante, mesmo havendo relação direta com o Abuso Sexual, reafirma o quão importante é refletir sobre essa

¹⁰ Modelo de caráter autoritário, baseado nas práticas de processos curativos que define a saúde como ausência de doenças (MATTA; MOROSINI, 2009).

situação, já que há temas no Programa que dão margem a temática, mas o foco ainda é biomédico e a prevenção ao abuso não é elencada como um tema importante.

Tuca destacou a abordagem biomédica voltada ao cuidado com a criança; não há um cuidado voltado à temática do Abuso Sexual. Ressaltou a visão a partir do Modelo Biomédico: esse tema visto como “social”, assim como outros, por vezes é visto de forma secundarizada/menos importante ou invisibilizada, se comparado aos temas vistos como de “adoecimentos”. No entanto, consoante às reflexões de Tuca, ressaltamos que o Abuso Sexual infantil é uma questão de Saúde Pública, uma questão com diversos determinantes sociais de saúde (o adultocentrismo, a adultização de crianças meninas, o imaginário construído pela indústria da pornografia, as relações sociais de gênero etc.).

Alguns entrevistados(as), destacaram que o trabalho específico sobre a temática ocorre em períodos selecionados, em datas específicas, e afirmaram não ser um trabalho cotidiano. Um deles destaca:

– Geralmente se trabalha em um período, né, que é o 18 de maio, geralmente a gente trabalha essa questão da prevenção, da informação, da questão da prevenção, mas, assim, não se trabalha continuamente a questão, né, da educação sexual dentro do CRAS [...]. [...] é mais sobre datas, né? A gente trabalha muito na questão de datas (Juba).

Caroline nos trouxe que: “[...] não tem data específica, vai muito da necessidade de a gente trabalhar a temática e das demandas que se apresentam [...]” (Caroline). É importante destacar a contradição e limitação existente no trato da temática uma vez ao ano, quando ela está presente cotidianamente no ano inteiro. Como pergunta complementar, questionamos aos entrevistados sobre o Programa Saúde na Escola, o qual, segundo o Ministério da Educação, possui como objetivo:

[...] contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino (Brasil, 2018, s.p.).

Indagamos se havia articulação entre, o Programa Saúde na Escola e as temáticas do Abuso Sexual infantil e/ou da Educação Sexual, no equipamento de inserção de cada entrevistado. Somente Pipo afirmou que há a articulação, mas sua fala destaca que não há uma articulação constante.

– [...] as temáticas, elas são lançadas, é, para que as unidades de saúde possam trabalhar em parceria com as instituições de ensino, e já teve sim, é, alguns anos que foram trabalhadas essas temáticas, as duas (Pipo).

Em sua fala, destacamos a inconstância da articulação, a qual cita “alguns anos”. Enquanto isso, Fifi (que não atua na área da Saúde) afirmou não saber da existência do Programa. Em suas palavras:

– Eu nem sabia que existia esse programa, então, esse é o nível da articulação, eu sequer sabia da existência desse programa. [...] a articulação que eu tenho é nas campanhas do 18 de maio, nas campanhas do 18 de Maio, é, a gente é chamado para palestras na qual a gente faz palestras nas escolas e em locais em que a gente é chamado, fora isso não há nenhuma articulação de prevenção (Fifi).

Com isso, os entrevistados afirmam que não há uma articulação direta entre o Programa Saúde na Escola e os serviços ofertados pelos equipamentos sociais, somente em campanhas propostas em Rede, sendo esta, uma articulação realizada de forma indireta.

Outra fragilidade citada, diz respeito ao que Tuca traz: o trabalho sobre a temática, dentro do Programa Saúde na Escola na sua UBS, não vem sendo priorizado. Em seu entendimento, isso se dá pelo fato de que, as ações de saúde são planejadas a partir de uma agenda construída pelas equipes, elencando prioridades para cada território, dentro dos temas sugeridos pelo referido programa que, dão margens para escolhas. E, por força do olhar biomédico, no seu espaço de trabalho ela tem percebido que há um enfoque apenas na prevenção de doenças e não da violência:

— Não aborda. Eu não me recordo em nenhum momento que eu tive, porque como a gente tava enquanto residente, [...] a gente ficou totalmente responsável pelas atividades do [Programa Saúde na Escola] PSE. Então, a gente só conseguia fazer o que já era agenda da Saúde, a gente não conseguia fazer algo a mais. Era trabalhar o quê? Nutrição, é, escovação, né, é... doenças negligenciadas que é a questão de verificar lá a pele, hanseníase (Tuca).

CAMINHOS METODOLÓGICOS PARA AÇÕES E SERVIÇOS EDUCATIVOS/PREVENTIVOS CONTRA O ABUSO SEXUAL ESPECIFICAMENTE COM CRIANÇAS E FAMÍLIAS

Mendonça (2022) aponta que a autoproteção, é uma estratégia de prevenção das violências cometidas contra crianças. Explica também que, a “formação para a autoproteção”, se dispõe a oferecer orientações que auxiliam no reconhecimento da criança quanto a situações de risco, ameaças e a violências concretizadas. Conscientes e seguras dos limites sobre o toque de outros indivíduos em seu corpo, e de que pode dizer não e pedir ajuda a pessoas de confiança, a autora enfatiza a importância de:

[...] dois aspectos na discussão sobre a autoproteção de crianças: o primeiro é que, para prevenir as violências, as metodologias disponibilizadas devem fazer parte de um conjunto maior de estratégias a serem desenvolvidas pelas famílias e instituições do poder público e privadas. O segundo aspecto é compreender que a criança nunca pode ser responsabilizada por sua proteção (Mendonça, 2022, p. 141).

Como já apontado em outro texto (Silva, 2023, p.06), Mendonça (2022) traz uma dimensão primordial, a não culpabilização da vítima, e a não responsabilização integral da criança quanto a sua autoproteção. Assim, a autoproteção é fundamental para a prevenção de todas as manifestações de violência contra a criança, não somente a uma específica. Através de metodologias que a englobam, há a conscientização da criança sobre ser um sujeito de direitos, e sobre o poder que ela pode e deve exercer sobre seu próprio corpo, e que os adultos devem protegê-las e não as pôr em uma situação de risco e/ou desconforto.

Identificamos três metodologias específicas utilizadas pelas entrevistadas(os) para tratar a temática do abuso sexual com crianças, que passamos a explicitar:

a) Através da apresentação de cartilhas ilustrativas, de acordo com a faixa etária do público-alvo.

– Eu tenho duas estratégias preferidas que eu priorizo. Primeiro eu gosto de utilizar a metodologia do material de Pippo e Fifi da Ana Carina, se não me engano o nome dela, a autora, que ela possui esse livro especificamente para o público de seis a doze anos de idade, com o intuito de fazer uma exposição para crianças pequenas como lidar com o abuso sexual, sobre o toque sim e o toque do não. Justamente para ensinar crianças dessa faixa etária sobre consentimento e sobre toque indevidos, e sobre o que são partes íntimas, como nomeá-las, e quem pode e como pode manipular essas partes íntimas, já introduzindo o conceito de consentimento. Também tem o segundo material, também da mesma livraria que é o Tuca e o Juba, que é um conteúdo específico para trabalhar consentimento e autonomia corporal para adolescentes

que eu costumo trabalhar para a faixa de doze aos dezoito anos, às vezes até adultos também, porque infelizmente a nossa cultura é tão atrasada na ideia de consentimento, de comunicação com os jovens que até mesmo os adultos precisam ter acesso a esse conteúdo que deveria ser especificamente com os adolescentes, mas muito adulto ainda precisa aprender. Quando tenho que trabalhar com adultos, eu tenho slides específicos que eu utilizo, mas, particularmente eu costumo utilizar alguns slides de uma capacitação que eu fiz [...] de prevenção ao abuso sexual [...] (Fifi).

Destacou também que, diante de dúvidas por parte dos pais quanto às suas metodologias e o próprio debate com crianças, a metodologia segue sendo a mesma, e em casos específicos, busca outros meios. Disse-nos Fifi:

— [...] o material do Pippo e Fifi, utilizo para os adultos também, quando os pais vêm com dúvidas, eu utilizo esse mesmo material e a depender, em casos específicos, eu posso utilizar vídeos de depoimentos de vítimas do YouTube, vídeos educativos para prevenção do abuso sexual, particularmente eu tenho um de preferência que eu sempre utilizo nas minhas palestras e a depender da necessidade eu posso utilizar outros materiais complementares de cartilhas [...].

b) A partir de maneiras dialogadas e artifícios visuais.

— Eu acredito em maneiras dialogadas, né, de tá passando informação, até porque muitas pessoas não sabem ler, então, tanto é que nessa atividade com a sala de espera eu tive a ideia do jogo, né, de imagem e ação [...], [...] só com as imagens porque uma imagem todo mundo pode ter uma percepção a partir daquela imagem, né? Muitas pessoas não sabem quem tá lendo ali, não é para tá entregando panfleto, então, eu acredito muito no artifício visual e também no diálogo, além de dar espaço para as pessoas falarem, né, opinarem o que elas acham sobre aquilo, é importante a conversa justamente para entender até que ponto aquele assunto... a pessoa tem um entendimento sobre aquele assunto, né? [...] (Tuca).

c) Metodologia semiestruturada com cartazes e oficinas.

— A gente vai, leva a palestra, leva a oficina, e aí a gente vai construir junto com eles, cartazes, vai tentar fazer com que instigue neles a discussão e aí vai sendo assim, construindo aos poucos. A gente tem aquele planejamento, mas a gente quer também que eles participem (Julieta).

A apresentação ilustrativa de cartilhas, auxilia na melhor compreensão das crianças quanto ao assunto abordado, assim como, a utilização de jogos e artifícios visuais, por chamarem a atenção delas através de desenhos, cores e personagens. A

metodologia semiestruturada, garante a participação das crianças, bem como das famílias e até mesmo outros profissionais, no processo de construção e discussão da temática proposta, pois o profissional faz parte do planejamento inicial e as crianças complementam a produção.

Os resultados da pesquisa demonstram, que os profissionais estão buscando caminhos para conseguir falar sobre esse tema com as crianças, com metodologias lúdicas que cheguem nelas de modo claro, por serem de fácil entendimento.

Desse modo, reafirma-se que a Educação Sexual é presente em todos os âmbitos sociais (família, área escolar, área da saúde, área da assistência, sociedade em geral). Chauí, Kehl e Werebe (1981) asseguram que, o “educador sexual” não deve ser necessariamente um especialista, detentor de conhecimentos científicos e/ou aprofundados sobre a sexualidade; o indispensável é a “liberação da palavra”, não somente oferecer informações, mas também ouvir e facilitar as dúvidas e inquietações do educando, para que este, possa explicitar suas demandas e compreender o “não dito”.

O trabalho de Educação Sexual é caracterizado por Bernardi (1985) como devendo ser, antes de tudo, um trabalho de “reeducação sexual”, no sentido de que educar sexualmente significa levar em conta e ajudar a reconstruir todas as informações e formações, atentando principalmente para as distorcidas e as negativas, que o indivíduo já recebeu e vem recebendo na vida, seja na escola, na família ou na sociedade de maneira geral (Figueiró, 2009, p. 65).

Assim, é substancial a reeducação do próprio educador, sendo esta, exercida a partir de uma formação continuada ao longo de todo o trabalho com a temática, revendo seus valores e atitudes e, potencializando seus conhecimentos. Sexualidade é cultura, requer informação, conversa e vivência. É um processo que deve ser acompanhado por um educador que sane dúvidas, oriente e possibilite reflexões.

Conforme a criança se constitui como sujeito, ela constrói também sua identidade sexual e fundamenta suas relações afetivas. A Educação Sexual infantil, tem um significado essencial para o indivíduo no decorrer de sua vida, com concepções significativas que refletem em sua vida adulta; concepções essas que advém da sexualidade infantil (Campos, 2019). *Promover o debate é garantir que a criança tem acesso a uma orientação sobre seu corpo e sua sexualidade permitindo que ela possa*

prevenir e se proteger de situações de exploração, assédio e abuso sexual (Silva, 2023, pág. 6).

A criança que recebe a educação sexual desde pequena, a partir dos dois anos de idade passa a ter mais condições futuras de se defender contra possíveis violações, adquirem noções saudáveis de privacidade, respeito, pudor, assim como orientações de como cuidar melhor da própria higiene íntima (Campos, 2019, p. 83).

É primordial reconhecer e auxiliar o processo de conscientização das crianças ao longo de seu desenvolvimento, desde o autocuidado até aos sinais de alerta em situações de perigo (Silva, 2023, pág. 6).

DESAFIOS E POTENCIALIDADES AÇÕES, SERVIÇOS E PROGRAMAS PREVENTIVOS AO ABUSO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS EM POLÍTICAS SOCIAIS DE MOSSORÓ - RN

Consideramos importante, compreender quais desafios se apresentam aos sujeitos de pesquisa ao tratar a temática do Abuso Sexual infantil. Os desafios mencionados foram:

a) A ausência do acolhimento necessário à criança vítima de abuso sexual e negação por parte dos pais.

— Assim, a gente sempre se depara com dificuldades, né? Porque assim, nem sempre a criança vem acolhida e ouvida de uma forma correta, e aí isso acaba gerando outras coisas, outros sentimentos [...]. [...] a criança vai em determinado espaço de escuta, de acolhida, né, e aí lá ela é culpada, como já aconteceu, né, e aí assim, a gente tem um trabalhinho a mais de tentar ressignificar essa fala de um colega, de um equipamento que atendeu ela antes, e aí assim, a gente tem essa dificuldade também de abordar com os pais porque nem sempre eles aceitam [...] (Caroline).

Culpabilizar, duvidar e não acolher a vítima, é submetê-la novamente a situação de violência, intensificando o constrangimento, o medo e o sentimento de impotência. Esse cenário advém da ausência de capacitação de profissionais e da inconsciência dos pais sobre como reagir à dinâmica do abuso, além do forte conservadorismo presente na sociedade.

b) Modelo biomédico.

— A dificuldade maior é não ter agenda para isso, não ter agenda na saúde para isso. [...] você tem que dar conta, como eu falei antes, muitos grupos relacionados a prevenção de doenças, né, e não prevenção de uma violência, e aí realmente existe essa dificuldade não só da abordagem em si, de abordar esse tema, mas, é a dificuldade de ter tempo mesmo pra abordar tudo porque é como se fosse assim: “a parte biológica vem primeiro, então, tem que ter essas atividades aqui”, e aí você fica limitado a abordar outros tipos de temáticas que também são importantes (Tuca).

Tuca traz a questão da dificuldade existente na abordagem do tema. É importante problematizar a dificuldade posta por Juba. “[...] não tem agenda na saúde para isso”, enfatiza a omissão no trato da temática do abuso, temática essa diretamente ligada à saúde, pelo pressuposto de ser algo “não urgente”. Outra reflexão que podemos fazer é: A partir de que momento a temática do Abuso Sexual será devidamente priorizada e vista como uma questão de saúde pública?

c) Influência campanhista para o planejamento das atividades

Outra pauta importante a ser destacada, é a presença de uma orientação “campanhista”, um termo presente na história das políticas de saúde e reproduzido em muitas políticas sociais, o qual focaliza atividades de saúde referentes a doenças em meses específicos, para o planejamento de ações nas políticas sociais. Tuca afirmou não haver programação, por ser uma temática pouco abordada, sendo secundária a ações campanhistas de teor biomédico. Durante as entrevistas, todas(os) as(os) entrevistadas(os) citaram a Campanha do 18 de maio. Ao questioná-las(os) quanto a frequência das ações socioeducativas acerca da temática da prevenção ao Abuso Sexual e da Educação Sexual, três das(dos) seis entrevistadas(os) apontaram a execução das ações somente em meses/períodos temáticos, como o 18 de maio, mês do carnaval e mês da mulher, por exemplo. Nas palavras de Tuca: “[...] aqui a gente trabalha realmente com o grupo quando é a data específica, o mês de maio” (Tuca). Juba também reforça isso quando traz que: “[...] a gente sempre tenta planejar para meses temáticos [...]. [...] no dia 18 de maio a gente trabalha bem forte essa questão da Educação Sexual [...]” (Juba).

Na Campanha do 18 de maio, há uma maior visibilidade sobre o abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, entretanto, temos a contradição e limitação

quanto ao enfoque da temática somente nesta data específica, em uma realidade na qual o abuso e exploração sexual são diários, constantes e não ocorrem apenas em um mês ao ano.

Ao tratar de questões ligadas à sexualidade e conversarmos sobre este tema, possibilitamos a elaboração de dúvidas que muitos carregam desde a infância, assim como desvendamos e nomeamos tabus e preconceitos que carregamos. Campos (2019), ressalta que tratar de sexualidade e educação é um dos grandes temas da sociedade moderna. É um tema complexo, ainda mais quando associado à fase da infância.

A constância das ações, reforça o cuidado, a importância e a urgência da temática. Reafirmamos a importância de ações quanto a dias e meses de visibilidade para a temática. A Campanha 18 de Maio, é essencial para o trabalho de prevenção e combate ao Abuso Sexual; essa afirmação se dá a partir do meu acompanhamento, enquanto estagiária do CREAS nas ações da Campanha, nas quais, através de um profissional de referência do equipamento, foram obtidas denúncias por parte das crianças, quanto a situações de Abuso Sexual.

Os meses de visibilidade, para temáticas de outra forma silenciadas, são importantes justamente para atrair o olhar sobre ela. Então, nesse sentido, a campanha do 18 de maio é extremamente relevante. A ponderação que fazemos aqui, diz respeito à não limitação dessas discussões apenas a dias/meses do ano, a discussão precisa ser integral e intersetorial, pois casos de abuso sexual ocorrem o ano inteiro. Com isso, as ações campanhistas, em suas contradições, podem também, constituir os desafios e dificuldades de se trabalhar a prevenção e o combate ao Abuso Sexual através da Educação Sexual.

A educação é um importante instrumento para a formação humana, não somente no âmbito acadêmico, mas social. A educação infantil contribui, junto às outras mediações da sociedade, para a construção do sujeito, seus valores e a capacidade de agir e aprender. Medeiros *et al* (2022) afirmam que

A criança na primeira infância, por sua própria condição de ser em desenvolvimento e em formação, está mais suscetível a sofrer violências, em particular o abuso sexual. Por essa razão, faz-se necessário, desde os anos iniciais, um processo educativo visando à prevenção contra as violências (Medeiros; Vitória; Brito; Mendonça, 2022, p. 171).

A Educação Sexual possui o teor preventivo essencial para a promoção da proteção e da autoproteção das crianças, bem como a compreensão da dinâmica do abuso. A temática da Educação Sexual é visível no dia a dia de trabalho das(os) entrevistadas(os), através de ações educativas, atendimentos individuais e compartilhados (Silva, 2023, pág. 6). Pipo respalda isso em sua fala, quando diz: “[...] a temática de Educação Sexual, ela aparece cotidianamente com ações educativas, né? Com atendimentos individuais também, atendimentos compartilhados com outros profissionais de saúde” (Pipo). Algo que percebemos também, é que a Educação Sexual possibilita aos profissionais um maior acesso a denúncias a partir de ações coletivas. E, de acordo com Fifi, a Educação Sexual surge no cotidiano de trabalho:

— [...] como estratégia para acolhimento das famílias e das vítimas de abuso, e como forma de ajudar essas famílias e essas vítimas a compreender a dinâmica do abuso, como lidar com ela e como prevenir a recorrência, porque uma das minhas preocupações como profissional é não só os atendimentos das vítimas de violência sexual, como também a prevenção de novos casos de violência daquelas mesmas famílias, uma das estratégias principais que eu utilizo é a própria educação sexual, seja da criança ou do adolescente vítima, pra que ela compreenda a dinâmica de violência e possa entender que aquilo não é culpa dela, que isso é uma das características do desconhecimento sobre sua sexualidade na infância e adolescência que gera muita culpa nas vítimas de abuso, por acharem que elas causaram de alguma forma aquele tipo de violência [...] (Fifi).

Fifi desenvolve sua fala enfatizando que, a Educação Sexual, ao mesmo tempo em que acolhe a vítima, acolhe junto a sua família, previne a recorrência da violência e engloba um processo de conscientização sobre a necessidade do diálogo, sobre a sexualidade e a afirmação de que a vítima nunca é culpada.

— [...] a gente faz a explicação de educação sexual para a vítima e também para os adultos ao redor, as famílias ao redor, seja para também compreender a dinâmica do abuso, e assim saber como lidar com ela, seja para prevenir futuras recorrências de abuso, seja para que eles compreendam como educar aquela e outras crianças e adolescentes na família para evitar que isso volte a acontecer ou dá suporte para outros que sofre esse tipo de violência também (Fifi).

Esse é um processo complexo, que envolve um atendimento compartilhado, no qual a criança pode ser acolhida por sua família, ao invés de ser revitimizada. De acordo com Caroline:

— [...] nos atendimentos a gente tem que trabalhar isso [...], em relação às questões que a gente às vezes tem que trabalhar com os pais primeiro para que eles se conscientizem, para que eles tenham clareza de que aquela situação não aconteceu por conta da criança, que aquela situação não pode, não é normal, que aquela situação ela não pode recorrer de novo, e aí a gente tem que trabalhar essa temática tanto nos atendimentos como em visitas, como em palestras, como em campanhas que a gente faz aqui (Caroline).

A recorrência e abrangência no tocante à Educação Sexual, contribui na conscientização de pais e responsáveis quanto a não culpabilização da criança abusada, bem como, na importância de dialogar sobre cuidados e sinais de alerta à situações que possam lhe causar medo, constrangimento e desconforto.

Neste ponto, objetivamos entender como a Educação Sexual contribui para o exercício (multi)profissional no trato do Abuso Sexual infantil. Para realizar essa compreensão, questionamos a tais profissionais, quais as contribuições possíveis ao se trabalhar a temática em seus níveis de atuação (APS, PSB, PSE).

Importante potencialidade do trabalho realizado com a prevenção acerca do Abuso Sexual é, para os(as) entrevistados(as), a possibilidade de descortinar a invisibilidade desse tema. Trazer para a sociedade, para os usuários dos serviços, para outros equipamentos da rede¹¹ tendo em vista que ainda é comum a idealização de que não há possibilidade de acontecer uma situação de abuso em seu convívio familiar/social (Silva, 2023, pág. 6-7). Corroborando com isso, Pipo afirma: “[...] as pessoas acham que está muito longe da realidade, que na verdade não está, pode acontecer em qualquer domicílio, qualquer família, independente de renda, independente de fator social, de raça, cor e etc” (Pipo).

Outro resultado acerca das contribuições da Educação Sexual que apareceu nessa pesquisa, diz respeito à importância da Educação Sexual como meio de proteção fundamental, atrelada ao entendimento de temas transversais nas palavras de Fifi:

— [...] eu acrescentaria que não só a educação sexual é parte fundamental da estratégia de atendimento as vítimas e famílias vítimas de violência, como também para o próprio entendimento da discussão de gênero, a violência de gênero, a forma como nós institucionalizamos

¹¹ Ainda que haja desafios na articulação entre a Rede no que se refere a essa temática. Não se pode perder de vista que, essa articulação é um caminho possível e deve ser fortalecido diariamente por profissionais inseridos nas políticas sociais.

a violência contra as mulheres, é... Feminismo, também são temáticas transversais, não só a educação sexual, mas a própria política de proteção as vítimas e as famílias vítimas de violência sexual, tanto no abuso de crianças e adolescentes como violência contra mulheres, idosos, deficientes também, que são outros públicos aqui do [serviço]. Então, é preciso ter a leitura não só fundamentalmente da violência em si e da legislação que protege essas pessoas, como o conhecimento da temática de violência de gênero, feminismo, e, é, educação sexual, como base da base da base. Sem conhecimento disso, não dá nem para começar (Fifi).

A violência sexual, se reproduz na sociedade patriarcal e é naturalizada nos espaços públicos e privados. A não-educação sexual serve ao abusador, ao conservadorismo e ao patriarcado, o qual dispõe ao homem, um conjunto de hábitos automatizados que pressupõem poder e dominação. Este lugar patriarcal imposto, faz com que os corpos e vidas de mulheres e crianças sejam propriedade do conjunto de homens, liberando-os para violar a integridade física/psicológica a todo tempo (Guillaumin; Tabet; Mathieu, 2014).

A compreensão contemporânea sobre garantir os direitos sexuais de crianças implica possibilitar que elas reconheçam seu corpo e saibam nomear suas partes e identificar aquelas que são íntimas, permitindo, com isso, a prevenção das situações de abuso e exploração sexual (Meyer, 2017) (Mendonça; Lima, 2023, p. 176).

As autoras ressaltam a dificuldade presente no exercício da temática, sua complexidade e contradição diante da associação equivocada de profissionais e familiares sobre a Educação Sexual, à sexualização precoce. A Educação Sexual, é um direito que garante o desenvolvimento saudável da sexualidade e age na prevenção da violência. A omissão/negação dela, se opõe a doutrina da proteção integral, e reafirma a visão conservadora quanto ao desenvolvimento da sexualidade, e assim, influenciando de modo negativo o enfrentamento ao Abuso Sexual infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Abuso Sexual contra crianças, é algo que acontece em um contexto complexo de relações de poder. A prevenção e o combate ao abuso, vai além de apenas ter ou não informações necessárias, pois a situação de violência engloba o medo, o constrangimento, repressão, o adultocentrismo e ameaças.

Assim, é imprescindível que pais, profissionais e a sociedade como um todo reflitam sobre a complexidade da situação. Com isso, destacamos que as atividades educativas para prevenção ao Abuso Sexual, as quais incluem-se no campo da Educação Sexual, são instrumento fundamental, mas entendemos que sozinha não isenta, necessária e automaticamente, a criança de situação de risco ao abuso.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Brasília. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm
- BRINO, Rachel de Faria; WILLIAMS, Lúcia Cavalcanti de Albuquerque. **Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil**. Cadernos de Pesquisa, p. 113-128, 2003.
- CAMPOS, Roger Henrique. A história da infância no Brasil. In: Campos, Roger Henrique. **Infância e sexualidade: desafios para a educação sexual infantil**. Curitiba: Juruá editora, 2019. p. 25-36.
- CHAUÍ, Marilena; KEHL, Maria Rita; WEREBE, Maria José. Educação sexual: instrumento de democratização ou de mais repressão? **Cadernos de pesquisa**, n. 36, p.99-110, 1981.
- DA SILVA, Nádja Grazielly Bezerra. **Educação sexual infantil como instrumento para proteção e autoproteção de crianças nas políticas sociais de Mossoró-RN**. Monografia. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. 2023.
- FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. A educação sexual presente nos relacionamentos cotidianos. In: FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico (org.). **Educação Sexual: em busca de mudanças**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, p. 63-104, 2009.
- GUILLAUMIN, Tabet; MATHIEU, Colette; PAOLA, Nicole. **O patriarcado desvendado: Teorias de três feministas materialistas**. FERREIRA; Verônica et al. (Org.). Recife: SOS Corpo, 2014.
- MEDEIROS, Emmanuelle de Souza; VITÓRIA, Luiza Costa; BRITO, Maria Eduarda de Lima; MENDONÇA, Valeria Nepomuceno Teles de Mendonça. A necessária inserção da autoproteção de crianças na política de educação infantil do Recife. In: MENDONÇA, Valeria Nepomuceno Teles de Mendonça (org.). **Ensinar a se proteger: a autoproteção de crianças como estratégia de enfrentamento às violências**. Recife: Editora UFPE, 2022. p. 165-186. E-book.
- MINAYO, Maria Cecília de S.; SOUZA, Edinilsa R. de. Violência para todos. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 9, p. 65-78, 1993.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26 ed. Petrópolis: vozes, 2007.

NASCIMENTO, Cláudia Terra do; BRANCHER, Vantoir Roberto; OLIVEIRA, Valeska Fortes de. A construção social do conceito de infância: algumas interlocuções históricas e sociológicas. **Revista Contexto & Educação**, v. 23, n. 79, p. 47-63, 2008.

Submissão: agosto de 2023. Aceite: setembro de 2023. Publicação: janeiro de 2024.